



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - PLANOS DE SAÚDE		
EVENTO: Reunião de Instalação	Nº: 0727/03	DATA: 10/06/03
INÍCIO: 15h03min	TÉRMINO: 16h29min	DURAÇÃO: 01h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h26min	PÁGINAS: 23	QUARTOS: 18
REVISÃO: Gilberto, Irma, Liz		
CONCATENAÇÃO: Myrinha		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Instalação da Comissão e eleição do Presidente e Vice-Presidente.

OBSERVAÇÕES
Transcrição <i>ipsis verbis</i> . Há intervenções simultâneas ininteligíveis. Há oradores não identificados. Há intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Rosenmann) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Presidente desta Casa, nos termos regimentais, para a instalação da Comissão e a eleição do seu Presidente e dos Vice-Presidentes, conforme o Ato da Presidência que se passa a ler.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - *(Intervenção fora do microfone.)*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições regimentais, constitui, nos termos do art. 35 do Regimento Interno, Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de irregularidade na prestação de serviços por empresas e instituições privadas de planos de saúde, e resolve:

- 1- estabelecer o prazo de 120 dias, a contar de sua constituição, para a conclusão dos seus trabalhos;*
- 2- convocar os membros ora designados para a reunião de instalação, a realizar-se no dia 3 de junho, às 14h30min, no plenário 12 do Anexo II.*

Brasília, 30 de maio de 2003.

João Paulo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Rosenmann) - Na forma do art. 39, § 4º, do Regimento Interno, compete-me assumir a Presidência dos trabalhos. Declaro instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de irregularidades na prestação de serviços por empresas e instituições privadas de plano de saúde. *(Pausa.)* Solicito aos senhores representantes dos partidos que procedam ao registro junto à Mesa, individualmente ou por chapa, dos candidatos a Presidente, 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes da Comissão. (Art. 7º, § 1º, do Regimento Interno.) Esclareço aos nobres pares que esta Comissão é composta de 24 membros titulares, com igual número de suplentes, conforme o Ato da Presidência distribuído aos Srs. Deputados. O *quorum* exigido para eleição dos membros da Mesa desta Comissão é de 13 Deputados, maioria absoluta. Peço a compreensão dos Srs. Deputados no sentido de que permaneçam no recinto até o término desta reunião. Então, peço a colaboração de todos para que permaneçam, para podermos



fazer com que a eleição tenha velocidade adequada. *(Pausa.)* Antes de iniciar o processo de votação, esclareço ainda que, por acordo das Lideranças, encontram-se na cabine de votação cédulas com a seguinte chapa: para Presidente, Deputado Henrique Fontana, do Partido dos Trabalhadores; 1º Vice-Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia, também indicado pelo Partido dos Trabalhadores; o cargo da 2ª Vice-Presidência ainda está em aberto, e deverá ser completado nas próximas reuniões; e o cargo da 3ª Vice-Presidência está destinado, por acordo de Lideranças, à Deputada Yeda Crusius, do PSDB. Há ainda cédulas em branco para o Presidente e Vice-Presidente, caso a escolha não recaia sobre os nomes indicados. À medida que forem sendo chamados, os Srs. Deputados, após assinarem a folha de votação e de posse da sobrecarta, deverão dirigir-se à cabine e selecionar a cédula colocando-a no envelope, o qual deverá ser depositado nesta urna. Convido o Deputado Mário Heringer, do PDT de Minas Gerais, para nos auxiliar durante o processo de votação. Solicito que V.Exa. proceda aos nomes dos membros titulares e em seguida dos suplentes, até que se complete o número de votantes de cada bancada. V.Exa. pode iniciar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Então, vamos começar: Antonio Carlos Biscaia, PT do Rio de Janeiro. *(Pausa.)* O Deputado Arlindo Chinaglia não está presente. Deputado Dr. Rosinha; Deputado Henrique Fontana. *(Pausa.)* Deputado Júlio César, PFL, Piauí; Deputada Laura Carneiro, PFL, Rio de Janeiro. *(Pausa.)* Deputado Robson Tuma; Deputado Luiz Bittencourt, PMDB de Goiás; Deputado Max Rosenmann, PMDB do Paraná; Deputado Saraiva Felipe, PMDB, Minas Gerais; Deputado Luiz Carlos Haully, PSDB, Paraná; Deputado Sebastião Madeira, PSDB, Maranhão. *(Pausa.)* vamos fazer a chamada dos suplentes a seguir. Deputado Dr. Rosinha, V.Exa. já foi chamado e pode... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Rosenmann) - Para aqueles que chegaram agora, nós estamos votando no Presidente, que, por acordo de Lideranças, é o Deputado Fontana. O Deputado Chinaglia é o 1º Vice-Presidente e a 3ª Vice-Presidente é a Deputada Yeda Crusius. A 2ª Vice-Presidência ainda está em branco, porque os partidos ainda não indicaram o 2º Vice, e nós posteriormente



faremos essa eleição. Então, só para esclarecimento, porque alguém pode chegar à cabine e não encontrar o nome do 2º Vice-Presidente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A que partido cabe a 2ª Vice?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - ...seja ele mesmo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Presidente, a que partido cabe a 2ª Vice?

O SR. PRESIDENTE (Max Rosenmann) - Não se sabe a qual partido, ainda. O acordo de Liderança será ainda encaminhado. Pode...

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Vamos continuar a votação? Deputada Yeda Crusius, PSDB; Deputado Dr. Benedito Dias, PP. Júlio César está lá em cima. Isso. Deputado Nelson Meurer, PP. O Deputado José Carlos Martinez, do PTB, não está. Deputado Roberto Jefferson, PTB; Deputado Bispo Wanderval, PL; Deputado Maurício Rabelo, PL; Deputado Dr. Ribamar Alves, PSB; Deputado Colbert Martins, PPS; o próximo sou eu, aqui; Deputado Mário Heringer, PDT, Minas Gerais; Deputada Jandira Feghali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Rosenmann) - Deputado Elimar Máximo Damasceno. Lá embaixo, a última fila. Nós vamos agora ler os nomes dos suplentes, e já atingimos o *quorum* eleitoral.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Deputado João Grandão, PT; Deputado Darcísio Perondi, PMDB; Deputado Jorge Alberto, PMDB; Deputado João Castelo, PSDB; Deputado Rafael Guerra, PSDB; Deputado Walter Feldman, PSDB; Deputado Enivaldo Ribeiro, PP; Deputado Arnaldo Faria de Sá, PTB; Deputado Nelson Marquezelli, PTB; o Deputado Carlos Mota, do PL, está aí; Deputado Marcos de Jesus, PL; Deputado Alexandre Cardoso, PSB; Deputado Geraldo Resende, PPS; Deputado Jamil Murad, PCdoB; Deputado Vanderlei Assis, PRONA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Rosenmann) - Nós vamos agora repassar rapidamente os nomes dos Deputado titulares; se porventura chegou alguém que não tenha sido ainda chamado para votar, então vá lá.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Vou repassar a lista dos Deputados que... Deputado Maurício Rabelo, PL.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu acho que Maurício Rabelo não pode votar, não. O partido tem duas vagas. Já votou o titular, já votaram dois.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Correto, já votaram dois. Maurício não pode votar. Então, vamos lá. Do PT temos Arlindo Chinaglia. O PL tem mais uma vaga. Robson Tuma. Deputado Robson Tuma.

(Não identificado) - PFL.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - PFL, desculpe. PMDB: Saraiva Felipe; os suplentes, Darcísio Perondi e Jorge Alberto; PSDB: Deputados Luiz Carlos Hauly, Yeda Crusius, João Castelo, ou Walter Feldman. Nenhum deles.

PP: Deputados Nelson Meurer e Enivaldo Ribeiro. Quem está aí?

(Não identificado) - Meurer.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - PTB: José Carlos Martinez, Deputado Roberto Jefferson, Deputado Nelson Marquezelli. PL está completo; PSB, completo; PPS, Colbert Martins ou Geraldo Resende; PDT, completo; PCdoB, completo; PRONA, completo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Rosenmann) - Eu pergunto se há algum Deputado que não foi chamado, que faz parte da Comissão como titular ou como suplente. Nós temos aqui 19 presentes que já votaram, e o *quorum* máximo seria 24. Então, está encerrada a votação. Solicito ao Deputado Mário Heringer que verifique se o número de sobrecartas coincide com o número de votantes. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Não temos urna eletrônica, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Rosenmann) - Temos, mas emprestamos para o Paraguai e eles não devolveram ainda. *(Pausa.)*

A apuração acaba de ser feita.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Alguma surpresa, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Rosenmann) - Para Presidente, o Deputado Henrique Fontana teve 19 votos de 19 eleitores. Unanimidade. Uma salva de palmas. *(Palmas.)* O Primeiro Vice-Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia, e a Deputada 3ª Vice-Presidente, Yeda Crusius, tiveram 18 votos e 1 em branco cada um. Então, com isso, está feita a apuração e o resultado está completo. Agradeço ao Deputado Mário Heringer o apoio, o auxílio aqui prestado, e neste momento convido



para virem até a mesa, para se empossarem, aqui os eleitos. O Deputado Henrique Fontana assume a Presidência da Comissão e já toma as primeiras medidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Eu gostaria de, em primeiro lugar, agradecer a confiança política a todos aqueles que emprestaram seu apoio político, assinando o pedido para instalação desta CPI. Foi um trabalho que durou 3 anos. Nós sabemos que a Casa só pode funcionar com 5 CPIs de cada vez, e portanto as filas sempre são grandes. Em segundo lugar, agradeço a confiança política a todos os Deputados e Deputadas que me elegem Presidente desta Comissão, e digo a todos e a todas que o nosso papel será o de coordenar os trabalhos desta Comissão de maneira absolutamente criteriosa e democrática, fazendo um trabalho coletivo, porque os resultados que nós queremos atingir, em última análise, só buscam a qualificação do atendimento à saúde da população que se utiliza desse sistema de saúde suplementar que nós queremos investigar. Quero convidar para compor aqui a Mesa comigo o companheiro Arlindo Chinaglia, eleito 1º Vice-Presidente desta Comissão, e, quando presente, vamos convidar a Deputada Yeda também. Eu quero ainda fazer um outro agradecimento prévio, um outro cumprimento especial para as funcionárias e funcionários da nossa Casa que nos acompanharão ao longo desses 120 dias de trabalho, ou 180, conforme a nossa avaliação, ao longo do processo de investigação da CPI. Como Presidente, eu gostaria de, em rápidas palavras, e antes de ouvir dos Deputados e Deputadas o que pensam, de que forma entendem que devemos funcionar nesta Comissão, dizer que da minha parte o objetivo que quero alcançar... Convido a Deputada Yeda Crusius, também nossa Vice-Presidente da Comissão, para compor a Mesa conosco, e quero cumprimentá-la, Deputada. Obrigado. Bom, então, eu observava que da minha parte o grande objetivo, e tenho certeza que é o de todos nós, é fazer uma investigação criteriosa, profunda e detalhada desse sistema de saúde suplementar, que atende, segundo os números que eu tenho, a 36 milhões de brasileiros e brasileiras, e que movimenta uma cifra de 23 bilhões de reais por ano. O que nos levou a trabalhar para obter o apoio de um grande número de Deputados e Deputadas para a instalação desta CPI foi exatamente a constatação de que em diversos órgãos de defesa do consumidor — o PROCON, os diversos órgãos do País inteiro — os planos de saúde constam como uma das principais causas de



reclamações feitas por usuários em relação ao atendimento que recebem no momento em que precisam utilizar-se desses planos. Nós não queremos e vamos ter muito cuidado aqui para não gerar nenhum tipo de generalização. Nós queremos fazer todas as investigações ouvindo todas as partes, e a minha sugestão, que eu coloco já, imediatamente, para debate com os colegas que compõem esta Comissão, é de que nós façamos, na primeira fase da CPI, um bloco para ouvir as diferentes representações da sociedade, que podem trazer-nos, as representações públicas, essas denúncias e os problemas que detectam no cotidiano; ou seja, ouviremos, por exemplo, os órgãos de defesa do consumidor, os PROCONs, o IDEC e outras entidades que certamente os Deputados e Deputadas conhecem. Minha sugestão é que num segundo bloco nós possamos ouvir os profissionais que atuam na área de saúde: médicos, odontólogos, enfermeiros, aqueles que compõem o atendimento da população, que é, então, usuária e proprietária dos planos de saúde. Para o terceiro bloco, eu consultei alguns Deputados; existem dúvidas. Nós vamos esclarecendo isso juntos, tomando decisões por maioria aqui, como é próprio de uma comissão como esta. Minha sugestão é de que nós ouçamos as empresas prestadoras de serviço, no caso as seguradoras de saúde, as cooperativas de saúde, porque nós temos diversos setores, dentro desse amplo mercado de saúde suplementar. E na quarta fase minha sugestão é de que nós ouçamos, trabalhemos verificando o trabalho da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que tem 2 anos de trabalho. Ela começou sua atuação 2 anos atrás, e tem, como nós sabemos, a responsabilidade de regulamentar e fiscalizar esse setor de saúde suplementar. Então, da minha parte é isso. Eu gostaria ainda, antes de abrir a palavra para os Deputados e Deputadas, dizer aqui que nos termos do art. 41, inciso VI, como me informa a nossa Secretária Carla, do Regimento Interno, eu designo para a Relatoria desta CPI o Deputado Dr. Ribamar Alves, do PSB do Maranhão, a quem convido para tomar assento à Mesa também. E já aproveito para cumprimentar o nosso Relator e dizer a ele que o nosso trabalho, como o de todos os Deputados e Deputadas, será um trabalho conjunto, e nós vamos procurar ter aqui o melhor afinamento possível, para que esta CPI tenha a máxima eficácia para atender ao interesse público. Eu concedo, então, de imediato a palavra ao nosso Relator,



enquanto colhemos as inscrições dos Deputados e Deputadas que queiram manifestar-se. O Relator, Dr. Ribamar Alves, tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES - Sr. Presidente Henrique Fontana, 1º Vice-Presidente Arlindo Chinaglia, 3ª Vice-Presidente Yeda Crusius, colegas, senhores e senhoras, honra-me muito esta oportunidade de poder participar como membro titular, agora escolhido como Relator desta CPI, que, como bem disse aqui o nosso Presidente, é da mais alta relevância para o nosso País como um todo, e principalmente para o nosso consumidor, haja vista a grande quantidade de denúncias que motivaram a criação desta CPI. Fez-me bem ouvir as palavras do nosso Presidente, quando disse que esta CPI não está aqui para generalizar, mas sim para analisar "segmentalmente" os vários setores interessados na saúde suplementar do País. Eu quero dizer a todos que quero agir como magistrado e aqui ouvir, e poder ponderar, e aí, sim, virá o relatório final, após todas as audiências que nós pudermos fazer nesta CPI. Honra-me e orgulha-me estar aqui com V.Exas. Tudo darei de mim para que possamos fazer desta CPI um fórum de debate nacional, em que o melhor há de vir para este País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Eu agradeço a disposição ao nosso Relator. Cumprimento mais uma vez o Relator, tenho certeza de que em nome de todos nós, e passo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, nobre Deputado Arlindo Chinaglia, Deputada Yeda Crusius, Deputado Dr. Ribamar Alves, nosso Relator, quero parabenizar inicialmente V.Exa., que trata da matéria há muito tempo. Eu tive oportunidade de presidir a Comissão de Seguridade Social, e V.Exa., naquela oportunidade, já falava da CPI dos planos de saúde. Como conversávamos antes, eu acho que nós temos uma grande oportunidade, primeiro, de acabar com alguns mitos; segundo, de efetivamente contribuir para o equilíbrio desse setor. E nós sabemos a importância do setor para a população brasileira, e ao mesmo tempo sabemos da importância de a população brasileira ter um tratamento de saúde decente e qualificado. Acho que nós temos uma grande oportunidade com esta CPI. Por outro lado, Sr. Presidente, V.Exa. determinou os 4 blocos de trabalho, e no meu entendimento, na minha pouca experiência, eu diria que V.Exa. foi brilhante. Inicia-se com um processo de denúncia; é quase uma fase de possibilidade de defesa



prévia, na medida em que V.Exa. dividiu os 4 blocos, mas seria interessante que fosse divulgado para todos os membros da Comissão o relatório citado na justificativa do requerimento, o relatório do IDEC, que não consta desse anexo, desse avulso. Então, V.Exa. poderia fazê-lo chegar às mãos de todos os Deputados já na primeira reunião, que provavelmente será com o IDEC, para que nós pudéssemos já auxiliar os trabalhos do nobre Relator — que, tenho certeza, será brilhante no seu trabalho —, para que nós possamos efetivamente contribuir para o sucesso desta Comissão. Parabéns a V.Exa. pela idéia, parabéns pelo esforço de V.Exa. por 3 anos, e que Deus nos proteja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputada Laura. Eu quero dizer que vamos atender imediatamente à solicitação da Deputada Laura. Esse relatório vai ser entregue a todos os gabinetes, se não hoje, no máximo amanhã. Deputado Jamil Murad.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Eu quero cumprimentar o Presidente Henrique Fontana, o Deputado Arlindo Chinaglia, o Deputado Ribamar, a Deputada Yeda Crusius, e dizer que esta CPI, pelo interesse que ela defende, em torno de 40, talvez 40 milhões de pessoas, de brasileiros, pelo volume de dinheiro que é envolvido, 23 bilhões de reais, aproximadamente, é uma CPI que, por um lado, vai ter grande apoio daqueles que são vítimas dos planos de saúde, são vítimas do abuso de poder dos planos de saúde, e por outro lado nós vamos encontrar também as dificuldades daqueles que querem... Por exemplo, os planos de saúde funcionam aqui há quase 40 anos, aproximadamente. Só agora veio uma lei de regulamentação. E dessa lei de regulamentação há queixa de todos os lados. Por que não foi feita uma lei melhor? Pela interferência, pelo poder dos planos de saúde, tentando impedir que houvesse um aprimoramento da legislação defendendo o usuário do plano de saúde. Então eu acho... E não é só o usuário que é atingido pelo plano de saúde. Quando ele compra o plano, às vezes é oferecido um hospital, é oferecida uma lista de médicos, mas quando ele vai usar o plano aquele hospital foi descredenciado, o laboratório foi descredenciado e o médico já não consta mais na lista de médicos daquele plano de saúde. Isso é um abuso. Quer dizer, vende-se um produto e na hora de o comprador usar esse mesmo produto ele é informado de que não existe mais aquilo que ele comprou. E, por outro lado, o médico, que é o



principal agente da assistência, tem sofrido demais na mão dos planos de saúde. Há interferência no seu trabalho; impede-se que ele exerça a medicina livremente; impede-se que ele peça os exames necessários. Portanto, é uma situação muito grave. Além disso, na remuneração do médico há até diminuição; quando a inflação aumenta, a remuneração do médico diminui. E ele é descredenciado unilateralmente. Então, é um abuso inaceitável. E a Agência Nacional de Saúde, uma figura criada para tirar o poder do Estado de interferência na regulamentação... Por exemplo, o Presidente Lula outro dia reclamou: ora, as agências é que dirigem o Brasil! Neste caso aqui, a agência, a Agência Nacional de Saúde teve seus diretores escolhidos pelo Governo anterior, e o povo disse: olhem, não serve mais essa administração, nós precisamos mudar. Só que a Agência Nacional de Saúde, que deveria intervir no resultado, no interesse de 40 milhões de brasileiros, tem uma diretoria escalada, nomeada pelo Governo anterior. E as queixas são grandes contra a Agência, pela sua inoperância. Quer dizer, a Associação Paulista de Medicina encaminhou mais de mil reclamações, mas a Agência diz que se preocupa com a macropolítica. Portanto, é inaceitável que ela continue dessa forma. Que poder essas pessoas nomeadas têm que, falando em nosso nome, em nome da sociedade, agindo em nosso nome, não tomam as providências para enfrentar o abuso dos planos de saúde? Bom, Presidente, então, nossa disposição de contribuir nessa batalha é muito grande. Eu quero cumprimentá-lo pela proposta da CPI, pela sua eleição como Presidente, e colocar-me à disposição, como membro da CPI, para contribuir, na defesa do usuário, do médico e da sociedade em geral. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado. Passo a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Bem, primeiramente quero cumprimentar nosso Presidente Henrique Fontana, porque a sua eleição para Presidente hoje é conseqüência da persistência para que esta CPI viesse a ocorrer, visto que ela foi proposta ainda na Legislatura passada. Cumprimento também a Deputada Yeda Crusius, eleita 2ª Vice-Presidenta, o Relator, Deputado Ribamar Alves, que, em primeira Legislatura, sem dúvida alguma, e diria também merecidamente, recebe uma tarefa ímpar de ser Relator de uma CPI tão relevante como esta. Eu quero dizer que concordo, em linhas gerais, com a proposta



apresentada aqui pelo nosso Presidente. E quero fazer algumas observações, que, creio, podem levar-nos a fazer algumas emendas aditivas a essa proposta, até porque o Presidente corretamente traçou grandes rumos, mas creio que é necessário estabelecermos qual o grau de qualidade ou de falta dela no atendimento dos planos e seguros saúde, e isso relaciona-se inclusive com a rede hospitalar, às vezes própria, às vezes contratada. Existe outro elemento, que é, eu diria, uma pressão, que em alguns casos evolui para um verdadeiro controle monopolista das seguradoras, porque existem os planos e existem as seguradoras. O terceiro elemento que eu creio devemos procurar identificar é que, para essa massa de pessoas, 35, 40 milhões, que são atendidas, nós não temos, que eu saiba, em nenhum instituto, em nenhum órgão público, levantamentos de quantas são atendidas pelos planos, pelos convênios, e também são atendidas pelo SUS, particularmente por aquelas patologias mais caras. E isso implica uma outra relação, que para mim é a mais decisiva: planos e seguros-saúde só existem no Brasil porque são sustentados direta ou indiretamente pelo SUS. Ou seja, qual é de fato o benefício para a Nação brasileira, quanto custa para a Nação brasileira manter os planos funcionando? Porque, além da contribuição daqueles que escolhem o seu plano, ou das empresas, as patologias caras quem atende são os serviços públicos. E essa relação foi intensamente debatida quando da regulamentação passada. Havia uma proposta, baseada numa lei aprovada no Estado de São Paulo, que nós apresentamos aqui, a de que quando um paciente que tem direito a um plano de saúde fosse tratado no serviço público, esse plano deveria ressarcir o órgão público, exatamente para procurar dar equilíbrio a essa relação. O que acabou sendo aprovado é que só é obrigatório fazer o ressarcimento daquelas patologias que constam daquele plano, ou seja, a fazer o plano de referência. E essa, eu diria, foi a maior maldade daquela regulamentação. Por que é uma maldade? Oferece-se um plano que atende tudo; a pessoa não pode pagar; dizem-lhe: assine aqui que você não quer. Ao assinar, a pessoa abdica de qualquer intervenção, inclusive do Poder Judiciário, que vinha fazendo jurisprudência para que a casos dramáticos obrigatoriamente o plano atendesse. Enfim, é claro que não dá para desenhar um plano de trabalho no ar, apenas com palavras. Quero, com estas observações, diria, iniciais, que nós encaixemos nesse plano que o Presidente nos apresenta — quem



sabe? —, de pronto, alguns cálculos que no decorrer da nossa CPI nós tenhamos, alguns desses elementos, como a chamada "popularização do plano de saúde". Então, é um plano baratíssimo, em que a pessoa tira muitas vezes da sua comida, da sua casa, para pagar um plano que não vai dar-lhe atendimento quase nenhum, e quem vai dar atendimento é o sistema público. Então, creio que isso vai desembocar (quem sabe?) numa nova e melhor regulamentação dos planos de saúde, e nós deveríamos, de maneira combinada, fazer essas oitivas, fazer as investigações que couberem, e ao mesmo tempo traçar um plano de pesquisa para saber que elementos nos levam a uma eventual mudança, para melhor análise.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado Arlindo. E com certeza essas preocupações nós devemos acolher, para que seja a mais completa possível a nossa investigação. Eu quero até, antes de passar a palavra ao Deputado Bispo Wanderval, dizer que fui surpreendido há poucas semanas, quando descobri que existe uma nova modalidade sendo comercializada, que acho que também merece investigação: o chamado "cartão de desconto saúde", que não chega a ser nenhum plano. Eu nem sei como isso está regulamentado, ou não, mas acho que nós também devemos aprofundar a investigação. Deputado Bispo Wanderval.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Ribamar Alves, nosso companheiro, Deputada Yeda Crusius, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar V.Exa., colega Henrique Fontana, que há muito tempo vem lutando a fim de que hoje fosse instaurada aqui esta CPI. Sr. Presidente, todos sabemos que começamos hoje uma caminhada num setor sensível da economia, já que lida com o aspecto financeiro e com a saúde de pacientes que não têm garantia de atendimento no setor público, nos hospitais. A gente sabe que a saúde no Brasil é de péssima qualidade, e quando as pessoas não encontram amparo no setor público, amparo esse garantido pela nossa Constituição, certamente elas vão recorrer, e recorrem, aos planos privados, ou seja, aos planos de saúde. E como disse V.Exa., muito bem informado que é, logo nas suas palavras iniciais, esse setor privado de saúde movimenta nada mais, nada menos que 23 bilhões de reais. É muito dinheiro. E atende, Sr. Presidente, cerca de 35 milhões de brasileiros, 35 milhões de brasileiros, uma grande parte da população brasileira.



Então, Sr. Presidente, quero que isto fique registrado aqui: esta CPI não pode, não deve nem está formada, não foi formada para, como muitos entendem, não vir a dar em nada, ou vir a acobertar, mas para arrancar de dentro dos consultórios e escritórios refrigerados os verdadeiros beneficiários desse sistema, porque tem muita gente beneficiada por aí. Como diz V.Exa., nós temos que tomar o cuidado de não generalizar, porque, assim como existe um lado ruim, também existem os planos sérios, comprometidos com a ética, com a moral, e a isso temos de dar valor. Sr. Presidente, não se pode admitir que um serviço paralelo ao que é oferecido pelo Estado se comporte como o senhor do sistema, e é o que nós vemos nas reclamações. É preciso, Sr. Presidente, que esta CPI hoje criada dê uma resposta para a sociedade. A sociedade espera uma contribuição, e esta é a oportunidade que o Congresso Nacional, que nós Parlamentares que temos a honra de compor esta CPI temos para dar essa resposta para a sociedade brasileira, no que diz respeito, Sr. Presidente, ao abuso na condução desses negócios que nós vemos por aí. E creio, Sr. Presidente, que a nossa CPI, a CPI do Parlamento brasileiro, deve aprofundar os seus estudos, promovendo, como disse V.Exa., audiências públicas que traçarão o diagnóstico, não estando descartada a possibilidade de estudar eventuais alterações na atual legislação do setor. Quem é o responsável? A agência? Como já há grande insatisfação com essas agências, que, como disse muito bem o Dr. Arlindo Chinaglia, foram criadas pelo Governo passado e, como disse também Jamil Murad aqui, a população já reprovou isso nas urnas, então alguma coisa tem de mudar. De quem é a responsabilidade?. E creio que a Agência Nacional de Saúde tem uma grande responsabilidade por esses abusos descabidos que são desenvolvidos por alguns planos privados. E por último, Sr. Presidente, que fique claro que não se trata aqui de caça às bruxas, mas de iniciar um saneamento no setor, privilegiando os que contribuem e eventualmente punindo quem não cumpre as leis e não se comporta de forma leal e honesta com os contratantes. Essa é a posição que o Parlamento brasileiro tem de tomar. E concordo também, em gênero, número e grau, com a condição que V.Exa. colocou para iniciarmos os trabalhos. Inclusive, Sr. Presidente, tenho até um requerimento a que quero dar entrada junto à Mesa, para que, no tempo oportuno, esse requerimento venha à deliberação dos meus pares, à deliberação dos meus colegas, para que seja



convidado para esta CPI, em uma das audiências públicas, o Conselho Federal de Medicina, na pessoa do Dr. Edson de Oliveira Andrade. Eu já tenho esse requerimento, e certamente, obedecendo aos trâmites que V.Exa. definiu, gostaria que esse requerimento fosse à votação. Era o que tinha a dizer, e parabênizo V.Exa. e todos os companheiros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado Bispo Wanderval. Eu passo a palavra, de imediato, ao Deputado Sebastião Madeira.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Sr. Presidente, primeiro quero parabenizá-lo pela persistência e pela determinação que V.Exa. teve, até que conseguiu finalmente a instalação desta CPI. Quero parabenizar toda a direção, o Presidente, o 1º Vice, a 3ª Vice e o Relator, e dizer da minha confiança nos trabalhos desta CPI. Esta Comissão tem todas as condições de fazer um trabalho sério, um trabalho sobretudo sem estardalhaços, sem procurar apenas os holofotes da mídia, como já vimos aqui em algumas CPIs, mas buscando uma relação mais justa entre os usuários dos planos de saúde e os próprios planos, colocando transparência nessas relações. Por fim, gostaria de pedir a V.Exa. que dissesse a ordem daqueles quatro blocos de pessoas e grupos que serão chamados aqui, porque gostaria de fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Pois não, Deputado. Minha sugestão é de que, no primeiro bloco, as oitivas fossem de diferentes órgãos ou institutos de defesa do consumidor, quando a sociedade vai apresentar-nos os problemas que ela enfrenta, como usuária dos planos de saúde. Para o segundo bloco, em que os profissionais que atendem — médicos, odontólogos, enfermeiras — serão ouvidos, inclusive acabamos de receber um requerimento que sugere a oitiva do Conselho Federal de Medicina. No terceiro bloco ouviremos as empresas, as cooperativas, todos os tipos de prestadoras de serviços nessa área de plano de saúde, e em quarto lugar ouviremos a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Essa é a sugestão inicial que eu fiz.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - E os representantes dos planos de saúde, estariam em qual bloco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - No terceiro bloco.



O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Os representantes dos planos no terceiro bloco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - No terceiro bloco.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Então, eu tinha entendido errado logo no início. Acho perfeita essa seqüência, e, no mais, coloco-me à disposição. Minha área profissional é a medicina. Coloco-me à disposição e parabeno esta CPI por ter um Relator da qualidade, da competência e da dedicação do meu conterrâneo do Maranhão, o Dr. Ribamar Alves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - A turma do Maranhão está forte aqui, então. Deputado Max Rosenmann.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMAN - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. 3ª Vice-Presidenta Yeda Crusius, Relator Ribamar, todos os colegas da Comissão, quero, antes de mais nada, desejar que nós todos aqui tenhamos sucesso, porque a responsabilidade, nesse tema, é muito grande. Eu já há muito tempo não sou da área médica; sou advogado, mas venho militando... por razões eventuais da própria política e do encaminhamento da vida pública, eu tenho tratado sempre de muito assuntos da área de saúde, tanto que até no Paraná muitas pessoas chegam a pensar que eu sou da área de saúde, no sentido de profissão. Mas, na realidade, o povo brasileiro precisa ter uma saúde de qualidade em todos os níveis e em todos os lugares; não só nos planos de saúde como na Previdência, no sentido da saúde pública, e até mesmo na privada, aquela total e absoluta, que a pessoa paga com seus próprios recursos, independentemente, sempre o quilo tem de ter mil gramas. E no Brasil temos tido, em todas as áreas, essa questão do desnível de comportamento, e acho que nós aqui temos uma rara oportunidade de ajudar muito este País. Pelo moral de todos, pelo que a gente percebe, independentemente de ideologia ou sentimento de justiça, acho que é muito importante a gente não misturar muito essa questão de ideologia, e sim tentarmos construir alguma coisa verdadeira. O Deputado gaúcho que faleceu há pouco tempo comandou a CPI dos Medicamentos, Nelson Marchezan; eu participei dessa CPI, e acho que muitos aqui também participaram. Acho que foi uma das grandes contribuições que os membros da Comissão puderam dar ao País, todos aqueles que participaram da CPI dos Medicamentos. Acho que o genérico hoje no Brasil está



implantado graças àquela CPI. Não foi nem decisão de Governo, foi decisão da CPI. E se nós tivermos equilíbrio, não tivermos, digamos assim, falsos comportamentos... Porque esta é uma Casa pública. É muito fácil fazermos aquele discurso maravilhoso — principalmente quando transmitido pela televisão — de que se vai resolver o problema, de que o quilo vai ter mil gramas e as pessoas vão comprar e receber aquilo que compraram, que é o que nós queremos; só que a vida humana não é uma mercadoria. Aí é que está a diferença, no sentido ético, no sentido de preocupação, e o motivo que nos dá direito de avançarmos talvez até um pouco mais nessa questão, por se tratar de saúde. Nós não estaremos simplesmente orientando um comprador de televisão, de geladeira ou de rádio. Nós estaremos orientando a Nação quanto aos planos de saúde. Trata-se de um País constituído de milhões de analfabetos, de pessoas despreparadas, que jamais terão, no curto prazo, competência para ler as pequenas letrinhas e saberem o que está sendo comprado ou aquilo a que têm direito. Mas também não nos dá o direito de usarmos a CPI e a transformarmos num muro de lamentações, onde nós ficaremos batendo com a cabeça na parede, fazendo onda e não construindo. E o que me impressionou, e digo isso principalmente ao Relator, que vai ter a grande responsabilidade, foi a capacidade de construirmos uma solução para a saúde e não ficarmos achando culpados, somente. Não adianta só isso. Podemos achar o culpado, e contem comigo; não é esse o problema. Não quero inocentar ninguém. Mas eu gostaria de trabalhar num grupo de construção, um grupo que viesse construir a melhor saúde complementar possível. E, se possível, que ela tivesse uma certa padronização contratual, porque no Brasil nós é que fazemos a nossa desorganização. Recentemente, conversando com o Senador Requião, lembrei-me de uma conversa que na época tivemos com o ex-Senador, e surgiu a idéia de um projeto que ele apresentou no Senado — já foi aprovado — para nós tentarmos a padronização das contabilidades das Prefeituras. Nós temos 5.700 Prefeituras, e cada uma tem uma contabilidade diferente da outra. Então, imaginem o trabalho que dá para o Tribunal de Contas examinar 5.700 Prefeituras, porque cada uma tem um plano de contas, uma forma contábil diferente da outra. O mínimo que nós tínhamos de fazer era uma padronização, para poder haver fiscalização. A mesma coisa são os planos. O grande problema é a liberdade de ofertas. Então, acaba havendo



tantos tipos de ofertas de planos que nunca se sabe o que há de verdade. Às vezes, até uma pessoa preparada não sabe bem o que comprou, não sabe aquilo que está adquirindo. Então, é muito importante tentarmos, com inteligência, com interesse, com espírito público, Deputado Ribamar, construir com clareza uma medicina de grupo que toda a Nação possa compreender, como hoje estamos compreendendo os genéricos. Eu cheguei a fazer um pronunciamento, Deputado Arlindo, sobre essa questão dos genéricos, porque desde outubro do ano passado não havia uma publicidade do Governo a esse respeito. Ele foi muito usado até a eleição; então parou, e aí começou a cair o consumo. Agora, nos últimos 30 dias, 20 dias, eu percebi que o Governo incrementou uma grande publicidade, dando um aval moral e de validade para que o genérico cresça e possa realmente ser uma forma de praticarmos a medicina curativa, através dos medicamentos, usando o bom senso, e não comprando *griffe*. Creio que nós vamos transformar esta CPI num grande trabalho, numa grande oportunidade. E podem contar comigo. Eu estarei inteiramente à disposição, porque é muito patriótico — é uma oportunidade para poucos — esses 24 membros titulares construirão uma grande solução para este País. E parabéns ao Deputado Fontana, que tomou a iniciativa de fazer esta CPI, que poderá marcar a sua grande contribuição ao País. Basta que tenhamos juízo e saibamos produzir resultados ao invés de lamúrias, reclamações, maluquices, gritos, quebras de sigilo bancário para nos exibirmos, aquela coisa toda que conhecemos de outras Comissões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado Max Rosenmann, pelas suas palavras, pelo cumprimento. Com certeza, nós vamos procurar atuar para criar esse ambiente sugerido por V.Exa. Com a palavra o Deputado Carlos Mota, do PL de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOTA - Sr. Presidente; Deputado Arlindo Chinaglia, 1º Vice-Presidente; Deputada Yeda Crusius, 2ª Vice-Presidenta; Relator Dr. Ribamar, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Henrique Fontana pela importante iniciativa. Eu creio que o Congresso Nacional há muito tempo já deveria ter encarado de frente essa questão dos planos de saúde do País. Se nós não vivêssemos num Estado Democrático de Direito como nós vivemos e tivéssemos o instituto da verdade sabida, talvez fosse até desnecessária uma investigação,



porque qualquer investigação, por menos profunda que ela seja, com certeza destampará para a sociedade uma panela bem profunda, cheia de desmandos na área dos planos de saúde. Eu acho até que todo o Congresso deveria estar empenhado, neste momento, no sucesso desta CPI, porque caso contrário seria uma grande decepção para um quarto da população brasileira. Eu não vou alongar-me. Quero apenas dizer que sou Procurador Federal licenciado, e como Deputado Federal coloco toda a minha experiência nessa área à disposição desta CPI, formada por pessoas capazes. Estarei participando de todos os debates, como suplente da Comissão, porque eu reputo que esse talvez seja o assunto mais importante debatido hoje no Congresso Nacional em nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado. Antes de passar a palavra à Deputada Yeda Crusius, quero comunicar aos Parlamentares que, regimentalmente, nós devemos sempre publicar a Ordem do Dia da nossa Comissão. Pelo menos, nossa sugestão, como Presidente, é de que tenhamos uma nova reunião amanhã, para deliberar mais concretamente quais serão as primeiras audiências públicas. Eu peço a todos os Deputados e Deputadas que queiram protocolar algum tipo de requerimento que o façam o mais rapidamente possível junto à Secretaria da Comissão para que nós possamos publicar a Ordem do Dia já para apreciá-la amanhã. Com a palavra nossa Vice-Presidenta, a Deputada Yeda Crusius, minha conterrânea.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS - Com prazer, Deputado Henrique Fontana. Cumprimento V.Exa., como todos estão fazendo, pela persistência com que trabalhou para que esta CPI tivesse a sua instalação. Eu tenho certeza de que com os membros desta Comissão e a Mesa Diretora dos trabalhos, com o Vice-Presidente Arlindo Chinaglia, eu própria vindo compô-la aqui, e o nosso Relator especialista na área, o Dr. Ribamar, temos uma Comissão propensa a dar um salto de desenvolvimento nas relações de saúde no País. Não é uma CPI que tenha foco em qualquer tipo de denunciamento. É na verdade uma CPI que se baseia em irregularidades denunciadas, e a sua indicação, a proposta dos 4 blocos de audiências que aqui serão feitas, reza exatamente nessa linha. Mas, mais do que tudo, a CPI apura, investiga. Mas em todas as CPIs sérias que eu acompanhei no



Congresso Nacional o resultado é uma melhora nas relações do setor social a que se refere o foco da CPI. Esta refere-se a contratos. Os planos de saúde são contratos entre duas partes. Mas há uma terceira e fundamental intermediação. Eu creio que nos resultados da CPI haverá um quinto bloco de audiências, que vai referir-se aos formuladores e gestores da política da saúde. Ou seja, não apenas a CPI averigua as irregularidades, que é o seu foco, mas na verdade ela tem um caminho. Tenho certeza de que esta Comissão, sob sua batuta e com o trabalho competente do Relator, cumprirá essa terceira parte. Ou seja, o respeito aos contratos — as denúncias dizem que não há, mas há uma série de irregularidades em relação a isso — leva a um resultado que poderá apor mais qualidade, não apenas aos contratos entre as partes, mas ao terceiro contratado, que é o que se busca. Para nós do PSDB é um prazer ter respondido à convocação do Líder Jutahy, que colocou nesta Comissão nomes absolutamente testados na sua seriedade para compor os resultados desta CPI. A política nacional de saúde evoluiu, a tecnologia da saúde deu um salto impressionante, e isso não guardou correspondência, no mesmo sentido, com os contratos feitos entre usuários, empresas e agentes de serviços privados de saúde. Então, o PSDB vem compor esta CPI para que sejam apuradas as irregularidades e o subproduto desse trabalho seja um salto de qualidade no próprio contrato, e, em segundo lugar, para que haja um salto de qualidade naquilo que para nós é uma prioridade: o acesso e a universalização dos serviços de saúde no País. Portanto, podem contar com os membros do PSDB, e aqui represento esse intuito do meu partido, de compor para melhorar a qualidade das relações sociais no campo da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Muito obrigado, Deputada Yeda Crusius. Passo a palavra ao Deputado Mário Heringer, do PDT de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Quero cumprimentar o Deputado Henrique pela perseverança, os Deputados eleitos para compor o time que vai comandar esta CPI e o Deputado Dr. Ribamar Alves, que tem uma responsabilidade muito grande. V.Exa., como eu, está no primeiro mandato. Temos de caprichar para não sairmos daqui estigmatizados. Eu desejo muito sucesso a V.Exa. Quando ouvi as observações do Deputado Henrique Fontana referentes às fases que pretende



implantar na CPI, detectei uma ausência, ou uma confusão terminológica. Na segunda fase, S.Exa. colocou os "profissionais atuando na área de saúde"; citou médicos, odontólogos e outros profissionais. E na terceira, colocou "empresas prestadoras de serviços", e chamou-as de planos de saúde, convênios. Detectei aqui uma ausência, ou uma confusão, porque nesse meio chama-se prestador o médico, o odontólogo, o hospital, a clínica, o laboratório, e tomador o plano de saúde, o convênio, o seguro de saúde. Então, não queria deixar isso passar sem que contemplássemos os prestadores como prestadores, os tomadores como tomadores. Temos uma oportunidade única de estabelecer um novo relacionamento na saúde suplementar. É fundamental que aquela lei, que começou com uma excelente boa intenção, que criou a Agência Nacional de Saúde, pudesse ser efetivamente respeitada, porque alguns atores contemplados naquela lei estão esquecidos. É importante que nós agora trabalhemos intensamente para promover a reorganização desse sistema. Esse sistema é fundamental. São 40 milhões de pessoas. Não vejo possibilidade alguma de que esse sistema acabe. Esse sistema é vital para o País. Nosso sistema suplementar de saúde não comporta de uma vez essa demanda de uma hora para outra. Então, temos de ser responsáveis. Temos de tentar restabelecer um relacionamento com todos os atores desse sistema, naturalmente sempre defendendo a causa do usuário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado Mário. Acolho, porque efetivamente V.Exa. recolocou corretamente na nomenclatura qual é o papel de cada um, e o objetivo de fato é o de que nós também incluamos um bloco para ouvir os prestadores, como o Deputado Arlindo já havia sugerido. Alguns colegas têm de sair para ir ao plenário e outras atividades. Então, antes de encerrar, quero confirmar que amanhã, às 14h30, nós faremos uma reunião para deliberar sobre os primeiros requerimentos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Passo a palavra ao Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa extremamente importante e desejar ao Relator boa sorte em relação às grandes pressões que sofrerá. Eu, que sempre participei de



CPIs complicadas, sei que esta não está muito longe de ser uma delas. Estou à disposição do Presidente e do Relator. Esta CPI tem de ser uma equipe coesa, firme, decidida realmente a saber o que está acontecendo. Eu estou preparando em meu gabinete alguns requerimentos que vou apresentar para serem votados amanhã — provavelmente, serão votados amanhã e protocolados mais tarde —, o primeiro pedindo aos órgãos competentes uma relação exata de todas as empresas de planos de saúde e seguradoras que atuam na área de saúde do País, e o segundo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que os órgãos competentes dos Estados e da União enviem a esta Casa todas as queixas e denúncias que têm em relação aos planos e aos atendimentos dos assegurados. E há um terceiro requerimento. Muitos vão dizer que não é regulamentar. Não importa. Eu gostaria que todas essas empresas de plano de saúde e seguradoras da área de saúde encaminhassem a esta Comissão uma relação com todos os ressarcimentos feitos aos SUS, com o nome do paciente, a instituição em que ele foi atendido, a data e o respectivo valor do ressarcimento. Então, esses três requerimentos eu vou apresentar mais tarde, porque acredito que possam ser votados amanhã, e com isso nós vamos ter um retrato do que é hoje, no Brasil, o sistema de planos e seguradoras da área de saúde, muitas sérias e algumas não tão sérias. E aí nós vamos ter um retrato do que o cidadão passa, das suas dificuldades, porque vamos saber quais as queixas e realmente quais são os planos e as empresas que atuam em todo o País; terceiro, vamos saber se o SUS está sendo ou não ressarcido, conforme determina a lei. Agora, dou uma sugestão a V.Exa. Eu até pensei em apresentar um requerimento, mas aí vai também uma questão: primeiro, nós vamos trabalhar muito com planilhas de custos, provavelmente, porque nós também temos de saber qual é o ganho dessas empresas. E nós vamos trabalhar muito com questões de denúncias. Amanhã, eventualmente, até poderemos ter de pedir quebras de sigilo. Eu sei que os trâmites — conheço-os de outras CPIs — são mais demorados. Sugiro então que V.Exas. pensem na hipótese de termos aqui, acompanhando-nos, alguém ligado à Polícia Federal, um delegado de Polícia, alguém ligado à Receita Federal, algum técnico em economia ligado ao Tribunal de Contas e da Comissão de Orçamento, porque temos também grandes técnicos em economia, e alguém ligado ao Ministério da Saúde também, para que pudessem



acompanhar-nos neste trabalho, porque no momento em que precisarmos de algum tipo de informação de qualquer um desses órgãos (como lembra bem a Deputada Jandira Feghali, também o Ministério Público), nós vamos ter aqui tranquilidade e rapidez, porque teremos alguém do próprio órgão assessorando-nos. Se os órgãos não quiserem ceder — e nunca houve isso, sempre foram... Nós temos inclusive o direito constitucional de convocar aquele cidadão ou funcionário público que bem entendermos para ficar a serviço das Comissões Parlamentares de Inquérito. Isso diz a Constituição. Então, vai como sugestão de medida aos Srs. Deputados, ao Presidente e ao Relator, principalmente, para que nós possamos ter um trâmite e um retrato real do que acontece no sistema de planos de saúde, hoje, em todo o País. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado Robson Tuma. Nós vamos analisar com todo o cuidado essas sugestões de requisição de servidores públicos para nos acompanharem. A última inscrita é a Deputada Jandira Feghali, do PCdoB do Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - É só uma sugestão, Sr. Presidente, porque os elogios já estão feitos, e eu somo-me a eles, na iniciativa. Esta CPI, bem trabalhada e bem construída, pode dar resultados importantes para os usuários, principalmente porque o objetivo principal da CPI é ajudar esse usuário, o cidadão brasileiro, e ao mesmo tempo construir novas formulações na legislação. Essa saúde suplementar existe, nós vamos ter de conviver com ela, e essa convivência tem de ser a mais afinada e sintonizada possível para que abusos não ocorram, para que o usuário não fique desassistido e para que o controle público seja efetivo. Então, primeiro, eu gostaria de um esclarecimento; segundo, de fazer uma sugestão de bloco. O Deputado Jamil Murad passou pelo meu atraso, porque eu tinha um projeto em pauta em outra Comissão e não pude chegar cedo. Mas a primeira questão é a seguinte: nesse bloco das empresas, eu entendo que estão todos os formatos: seguradoras, planos, cooperativas, entra tudo aí. Não é isso? Então, está correto. A segunda questão é haver um bloco, na medida da análise de como as coisas acontecem e quem arbitra, para vermos que novidades de legislação e de regulação podemos fazer. Ou seja, além desse bloco dos gestores, proposto pela Deputada Yeda Crusius, um bloco do Judiciário e do Ministério Público.



Precisamos ouvir o Juizado de Pequenas Causas e outros, porque eles arbitram muitos desses conflitos e sabem exatamente onde é que está o nó, qual o limite legal em que eles podem atuar. Quem, em geral, diz qual é o rombo e tem de arbitrar, tem de arbitrar dentro da lei, e a lei não permite esse instrumento ou aquele. Então, é bom que o Judiciário e o Ministério Público possam também falar a esta Comissão. É só uma sugestão de bloco. E por último, quanto à marcação para amanhã, só é preciso ver se a Comissão de Previdência será instalada amanhã, porque certamente muitos de nós aqui temos presença...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Nós dois.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Eu e o Deputado Henrique Fontana estamos na Comissão Especial de Previdência. Então, é preciso conferir o horário. Se não for amanhã, tudo bem, mas se for, teremos de alterar aqui, porque não dá para instalar a Comissão com a ausência das pessoas, pela importância do tema. Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputada, nós vamos pedir que Carla acompanhe essa questão dos horários, porque o objetivo é fazer uma reunião muito rápida, só para que nós possamos votar os primeiros requerimentos, para dar tempo de convidar e uma semana depois termos a primeira audiência pública, e assim a agenda possa ser bem organizada. Sobre a sugestão desse bloco chamado Judiciário e Ministério Público, eu sinto uma evidente concordância dos membros da CPI. Já está anotado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado) - O Deputado Arlindo Chinaglia quer fazer uso da palavra rapidamente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, inclusive, ouvindo V.Exa. e os demais pares, a formulação de blocos é importante. Agora, os dois primeiros blocos — quem sabe? — talvez nós pudéssemos e devêssemos mesclar: no primeiro e no segundo bloco, ouvir institutos de defesa do consumidor; podemos pegar, por exemplo, os profissionais da área e o Ministério Público. Eu creio que, se nas primeiras semanas nós ouvirmos entidades ou personalidades diversificadas, isso poderá ampliar o nosso raio de ação, ou até mesmo precisar alguns passos da CPI. Isso não é em detrimento da proposta do Presidente, mas



apenas uma adaptação, para que mantenhamos essa estrutura de blocos, mas nos primeiros momentos ouçamos talvez um grupo um pouco diversificado daquele que o Presidente corretamente definiu para o primeiro e o segundo bloco, porque eu penso que isso pode dar elementos a mais à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Não há dúvida...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado) - A Deputada Jandira Feghali disse que a CPI fala em pistas, em seguir as pistas. Onde está Wally, Deputada? Mas eu a sugestão do nosso Vice-Presidente é acatada de plano por mim como Presidente, e sinto que também pelo Relator. Que esse primeiro bloco, então, de oitivas de situações de denúncias, de críticas, de diagnóstico de problemas no setor de saúde suplementar, inclua os órgãos de defesa do consumidor, os profissionais e — quem sabe? — até o Ministério Público, para que esse primeiro diagnóstico seja mais amplo. Então, eu dou por encerrada a primeira reunião desta grande CPI que nós instalamos e convoco a próxima reunião para amanhã.